



ANAFRE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE FREGUESIAS

Moção pela mobilidade de pessoas e bens no interior do país e pela igualdade de serviços

Os transportes de pessoas e bens assumem no mundo atual e de globalização o pilar fundamental para o desenvolvimento de regiões e países, os serviços públicos são a base para o tornar sustentável, é neste âmbito que esta moção é apresentada, na defesa de um desenvolvimento sustentável do interior do país.

Existe ainda um país a 2, 3 e até mesmo 4 velocidades um país onde o interior continua a ser um peso “morto” ou quase “morto” para o litoral desenvolvido, um país onde o litoral carrega às costas um interior despovoado, onde faltam meios de transporte, acessibilidades, serviços públicos tais com por exemplo, Centros de saúde e hospitais capacitados para dar respostas, entre outros serviços, o que inviabiliza a fixação de pessoas e empresas. Um país onde não existe equidade de oportunidades entre cidadãos e onde viver no interior continua a ser um desafio muitas vezes feito por amor à terra e por persistência.

Temos um litoral desenvolvido, com auto-estradas, linhas de comboio, sistemas de transportes adequados e a custos baixos onde quem os utiliza beneficia de apoios para os utilizar. Temos um litoral que discute novas estradas, novos aeroportos e novas pontes. Onde o estado central e algumas câmaras têm neste momento ao dispor dos cidadãos que ali moram passes sociais a preços baixos ou até mesmo grátis. Um litoral com serviços públicos adequados às necessidades.

Por outro lado, temos um interior onde faltam estradas, auto-estradas, linhas de comboio, transportes públicos, onde faltam apoios estatais para os transportes e serviços públicos adequados as necessidades desta zona do país. O interior é hoje uma zona do país a necessitar urgentemente de investimento publico em várias áreas e com estas a serem áreas primordiais para uma sobrevivência futura de um Portugal uno e não um Portugal a várias velocidades.

Para termos esta capacidade de fixar pessoas é fundamental desenvolver as redes viárias e colocar à disposição das pessoas meios de transportes rápidos, cómodos e eficazes, termos oferta de serviços públicos básicos e com qualidade adequada.

É assim uma forma sustentável de termos um desenvolvimento integrado de um Portugal, onde todas as regiões trabalham para uma riqueza e desenvolvimento integrado de um país que se quer único e equitativo e onde se consiga dividir riqueza e também responsabilidades.

O Congresso da Anafre-Associação Nacional de Freguesias, reunido entre os dias 26 e 27 de Janeiro delibera que o Conselho Diretivo da Anafre ouça as delegações regionais e as freguesias do interior do país com o intuito

de articular um documento a apresentar ao governo central com um conjunto de medidas a implementar neste sentido:

- Criação de documento que espelhe as necessidades do interior do país na criação de infraestruturas, viárias e ferroviárias de desenvolvimento da região.
- Estudo e criação de um sistema de transportes públicos eficazes e a custos baixos para este território, onde numa fase inicial se implemente o transporte a pedido (já realizado como teste piloto em alguns concelhos).
- Criação de medidas mitigadoras e de transição que vigorem até as infraestruturas e transportes públicos estarem implementadas, que podem passar por benefícios fiscais para pessoas e empresas na deslocação para os seus locais de trabalho e para o transporte dos bens aqui produzidos, bem como de matérias primas necessárias para a laboração de empresas.
- Análise dos serviços públicos retirados ao interior do país, bem como da sua reposição e reforço em zonas mais deficitárias.

Impera à Anafre pugnar para que as juntas de freguesia sejam ouvidas neste sentido, juntas estas que estão mais próximas das pessoas e assim dos seus efetivos problemas

Impera ao estado ouvir as juntas de freguesia e assim ouvir as populações.

Esta é uma moção pelo interior do país, mas sem dúvida alguma uma moção por Portugal e por um desenvolvimento uno, porque só assim o país no seu todo pode crescer de forma sustentável.

POR UM PORTUGAL UNO!

Figueira da Foz, 26 de Janeiro de 2024

1º Subscritor- Nélío Painha, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro-Sousel